



CONTRATO REFERENTE AO FORNECIMENTO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO, EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, APARELHOS DE AR CONDICIONADO E VENTILADORES, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA/SP E A EMPRESA.

CONTRATO Nº 0025/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA, ESTADO DE SÃO PAULO**, com sede na Rua Geraldo Verissimo, nº 633, Centro, Restinga/SP, inscrita no CNPJ sob nº 45.318.581/0001-42, neste ato representado pela **Sra. Prefeita Municipal, Karla Montagnini Ferracioli**, a seguir denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, do outro lado a empresa **216 MATERIAL HOSPITALAR** inscrita no CNPJ nº 15.631.700/0001-51, com sede à Rua Grão Pará nº216, Porto Alegre/RS, representada por seu Representante **Sr. Alexandre Pires Belém**, inscrito no CPF nº 638.162.880-49, portador do RG. nº 10.494.212-23, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam neste ato, nos termos e para fins do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0003/2024**, que será regido pela Lei federal nº 13.133/21, Lei Complementar 123/06 alterada pela 137/13, e demais legislações pertinentes, na forma e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa visando a aquisição de moveis de escritorio, equipamentos hospitalares, aparelhos de ar concicionado e ventiladores, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

CLAÚSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1 O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS

FORNECEDOR: 216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL OU MERCADORIA	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VL. UNIT	VL.TOTAL
12	Código: 1111536 REGUA ANTROPOMÉTRICA	TAYLOR	UN	3,00	R\$ 85,0000	R\$ 255,00
					Total Geral:	R\$ 255,00



CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 3.1. O valor total deste Contrato é de R\$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais).
- 3.2. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da Dotação orçamentária:
- 3.3. A contratação, quando realizada, será atendida pela seguinte dotação:

02.04.08 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE RECEITAS ESTADUAIS

4.4.90.52 Equipamentos e Materiais Permanentes

FICHA 0071 R\$ 240.000,00

CLÁUSULA QUINTA – FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após recebimento dos equipamentos e conferência minuciosa, devidamente atestada pelo representante do Departamento de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE ENTREGA:

- 6.1 O prazo de entrega será de até 20 (vinte) dias, contados da data de solicitação da Central de Compras.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA assume inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados a Prefeitura Municipapl de Restinga/SP ou à terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto deste Contrato, diretamente por seu preposto e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento feito pela Prefeitura Municipapl de Restinga/SP ou por seu preposto.

7.2 Refazer, sem quaisquer ônus para o PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA/SP, qualquer parte dos serviços decorrentes de erros constatados de responsabilidade da CONTRATADA.

7.3 Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as consequências de:

7.3.1 Sua negligência, imperícia, imprudência e/ou omissão.

7.3.2 Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir ao objeto deste Contrato;

7.3.3 Acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na execução do contrato.

7.3 À CONTRATADA caberá a responsabilidade total pela execução do objeto deste Contrato, bem como pelos serviços executados por terceiros sob sua administração.

7.5 Fica a Contratada obrigada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.6 Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir rigorosamente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos, mantendo à disposição da Contratante toda e qualquer documentação pertinente (ficha de registro, guias de recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários, exames admissionais e periódicos);



7.7 Responsabilizar-se civil e/ou criminalmente por danos decorrentes de ação, omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus profissionais e/ou sócios, nessa qualidade, causarem a qualquer pessoa, bens públicos, privados, móveis, imóveis, e equipamentos deste nos termos da legislação vigente.

7.8 Aceitar e reconhecer que não se estabelecerá qualquer vínculo empregatício entre a Contratante e os profissionais que forem desempenhar os serviços;

7.9 Suportar integralmente todos os custos, despesas, pagamentos de verbas, indenizações, direitos e quaisquer outros valores estipulados em acordo, sentença e demais decisões, relativos a reclamações trabalhistas, bem como em decorrência de processos judiciais cíveis e/ou trabalhistas de qualquer natureza, que sejam eventualmente instaurados ou ajuizados em desfavor da Departamento de Higiene e Saúde por sócios, ex-sócios, funcionários ou ex-funcionários da Contratada, sendo que em tais casos a Contratada requererá em juízo a exclusão da Contratante do feito;

7.10 Atender fielmente as exigências constantes (Execução dos Serviços).

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA/SP

8.1 São obrigações da Prefeitura Municipal de Restinga:

8.2 Fornecer à CONTRATADA, todos os dados necessários à execução do objeto do Contrato, considerando a natureza dos mesmos.

8.3 Efetuar os pagamentos conforme disposto na Cláusula Quinta.

CLÁUSULA NONA – DA QUALIDADE DOS MATERIAIS

9.1 Os materiais deverão ser de 1ª qualidade, caso seja entregue material de má qualidade, deverão ser substituídos, sob pena de rescisão contratual e aplicação de sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA/SP fiscalizará a entrega dos equipamentos através de servidor designado

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 13.133, de 2021, o Contratado que:

11.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

11.1.3 - deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;

11.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7 – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.9 – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



- 11.1.10 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.11 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.836, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1 - advertência;
- 11.2.2 - multa;
- 11.2.3 - impedimento de licitar e contratar;
- 11.2.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.3.2 - as peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.3 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.3 - A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 11.5 - A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).
- 11.6 - A sanção de impedimento de licitar e contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.7 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 3º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 11.8 – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica.
- 11.9 - As sanções previstas nos incisos 11.2.1, 11.2.3 e 11.2.3 do item 11.2, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no 11.2.2.
- 11.10 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 11.11 - A aplicação das sanções previstas no item 11.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES:

12.1 - O instrumento contratual poderá ser alterado nos seguintes casos, estabelecidos pela Lei Federal de Licitações Nº 13.133/21 e demais alterações posteriores:

12.1.1 - Unilateralmente pela Administração;

12.1.2 - Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetos.

12.1.3 - Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei.

12.2 - Por acordo entre as partes:

12.2.1 - Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

12.2.2 - Quando necessária a modificação do regime de execução da obra, serviço ou material, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

12.2.3 - Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obras ou serviço;

12.2.3 – Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

12.3 - Nas alterações unilaterais a que se refere o item 12.1.1, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO

13.1 - O presente contrato será rescindido de pleno direito em caso de:

13.1.1 - Injustificável recusa em assinar, aceitar ou retirar o contrato dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE;

13.1.2 - Nos casos de inexecução total do ajuste, após a assinatura do termo contratual;

13.1.3 - Nos casos de inexecução parcial do CONTRATO, ou constatada a não adequação do objeto entregue com as especificações do contrato;

13.1.3 - Não manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.5 - Má execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

13.1 – O presente contrato filia-se ao Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2024, e deverá ser interpretado em sua consonância, regido pela Lei federal 13.133/21.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA -- PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1 As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 13 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

16.1 As partes signatárias deste Contrato elegem a Comarca de Franca, Estado de São Paulo com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Restinga/SP, 04 de abril de 2024.

Karla Montagnini Ferracioli
Prefeita

216 MATERIAL HOSPITALAR
CNPJ 15.631.700/0001-51
Alexandre Pires Belem
RG 10.494.212-23 / CPF 638.162.880-49

Testemunhas:



**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO – TCE/SP
REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA/SP

CONTRATADA: 216 MATERIAL HOSPITALAR

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 0026/2024

OBJETO: FORNECIMENTO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO, EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, APARELHOS DE AR CONDICIONADO E VENTILADORES.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 13 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCE/SP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Restinga/SP, 04 de abril de 2024.



AUTORIDADE MÁXIMA ÓRGÃO:

Nome: KARLA MONTAGNINI FERRACIOLI
Cargo: Prefeita
CPF: 367.269.348-07- RG: 40.221.114-5
Data de Nascimento: 23/01/1988
Endereço residencial completo: Rua Rita Vilela Lima n°
E-mail institucional: gabinete@restinga.sp.gov.br
E-mail pessoal: karla_mferracioli@hotmail.com
Telefone(s): (16)99256-2181
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: KARLA MONTAGNINI FERRACIOLI
Cargo: Prefeita
CPF: 367.269.348-07- RG: 40.221.114-5
Data de Nascimento: 23/01/1988
Endereço residencial completo: Rua Rita Vilela Lima n°
E-mail institucional: gabinete@restinga.sp.gov.br
E-mail pessoal: karla_mferracioli@hotmail.com
Telefone(s): (16)99256-2181
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Nome: KARLA MONTAGNINI FERRACIOLI
Cargo: Prefeita
CPF: 367.269.348-07- RG: 40.221.114-5
Data de Nascimento: 23/01/1988
Endereço residencial completo: Rua Rita Vilela Lima n°
E-mail institucional: gabinete@restinga.sp.gov.br
E-mail pessoal: karla_mferracioli@hotmail.com
Telefone(s): (16)99256-2181
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO AJUSTE PELA CONTRATADA:

Nome: ALEXANDRE PIRES BELEM
Cargo: Sócio/Gerente
CPF: 638.162.880-49 - RG: 10.494.212-23
Data de Nascimento: 15/07/1970
Endereço residencial completo: Rua Grão Pará n°216, Porto Alegre/RS.
E-mail institucional: licitacao1@216mh.com.br
E-mail pessoal: contato@216mh.com.br
Telefone(s): (51)99387-8569 / (51)3779-5567
Assinatura: _____

CORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: KARLA MONTAGNINI FERRACIOLI
Cargo: Prefeita
CPF: 367.269.348-07- RG: 40.221.114-5
Data de Nascimento: 23/01/1988
Endereço residencial completo: Rua Rita Vilela Lima n°
E-mail institucional: gabinete@restinga.sp.gov.br
E-mail pessoal: karla_mferracioli@hotmail.com
Telefone(s): (16)99256-2181
Assinatura: _____



FISCAL DO CONTRATO

Nome: ROSANA PEDROGÃO CAMILO
Cargo: DIRETORA DEPARTAMENTO DE SAÚDE
CPF: 150.856.858-81 - RG: 22.276.303-6
Data de Nascimento: 03/12/1972
Endereço residencial completo: Rua Maria Conceição nº98, Nova Restinga em Restinga/SP.
E-mail institucional: depsaude@restinga.sp.gov.br
E-mail pessoal: pedrogao23@gmail.com
Telefone(s): (16)99169-5991
Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO

Nome: ROSANA PEDROGÃO CAMILO
Cargo: DIRETORA DEPARTAMENTO DE SAÚDE
CPF: 150.856.858-81 - RG: 22.276.303-6
Data de Nascimento: 03/12/1972
Endereço residencial completo: Rua Maria Conceição nº98, Nova Restinga em Restinga/SP.
E-mail institucional: depsaude@restinga.sp.gov.br
E-mail pessoal: pedrogao23@gmail.com
Telefone(s): (16)99169-5991
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO (PREGOEIRO)

Nome: FABIO AUGUSTO PAULINO DE CARVALHO
Cargo: DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
CPF: 130.099.248-44 - RG: 19.266.717
Data de Nascimento: 02/09/1970
Endereço residencial completo: Rua Laert Masini nº 1.760, Franca/SP.
E-mail institucional: licitacao@restinga.sp.gov.br
E-mail pessoal: carvalho_fabio6@hotmail.com
Telefone(s): (16)99968-0789
Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nome: EMERSON ELIAS MORETI
Cargo: CONTADOR
CPF: 323.075.038-11- RG: 40.721.041-6
Data de Nascimento: 28/12/1982
Endereço residencial completo: Sebastião Zeferino da Silva nº2215, Patrocínio Paulista/SP.
E-mail institucional: eme_moreti@hotmail.com
E-mail pessoal: eme_moreti@hotmail.com
Telefone(s): (16)98127-7349
Assinatura: _____